

CONCURSO PÚBLICO

25 / AGOSTO / 2012



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EDITAL 02/2011 OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVAS

CADERNO 1	<ul style="list-style-type: none">• REMOÇÃO
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS• DIREITO CIVIL• DIREITO PROCESSUAL CIVIL• DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL• DIREITO TRIBUTÁRIO• DIREITO COMERCIAL• DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 100 (cem) questões objetivas, sendo 30 de Registros Públicos e Conhecimentos Gerais, 15 de Direito Civil, 13 de Direito Processual Civil, 10 de Direito Penal e Processual Penal, 10 de Direito Tributário, 12 de Direito Comercial e 10 de Direito Administrativo e Constitucional. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 5 (cinco) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Não perca tempo em questões, cujas respostas lhe pareçam difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
6. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com sua folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
7. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
8. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
9. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
10. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS – REMOÇÃO

QUESTÃO 01

A convenção de condomínio, estabelecida na Lei 4.591/64, deverá conter as seguintes normas:

- ✓ a discriminação das partes de propriedade exclusiva, e as de condomínio, com especificações das diferentes áreas;
- ✓ os encargos e a proporção das contribuições dos condôminos para as despesas de custeio e para as extras;
- ✓ a definição da natureza gratuita ou remunerada das funções;
- ✓ a forma e o quórum para que seja aprovado o regimento.

Analisando-as, é **correto** o que se afirma em

- (A) apenas uma é falsa.
- (B) apenas duas são falsas.
- (C) todas são falsas.
- (D) todas são verdadeiras.

QUESTÃO 02

Com base na Lei 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, referente à cédula de produto rural, afirma-se que a CPR não poderá ser liquidada financeiramente, a não ser que

- ✓ seja explicitado, em seu corpo, os referenciais necessários à clara identificação do preço ou do índice de preços a ser utilizado no resgate do título, a instituição responsável por sua apuração ou divulgação, a praça ou o mercado de formação do preço e o nome do índice;
- ✓ seja caracterizada por seu nome, seguido da expressão “financeira”;
- ✓ os indicadores de preços sejam apurados por instituições idôneas e de credibilidade junto às partes contratantes, tenham divulgação periódica, preferencialmente diária, e ampla divulgação ou facilidade de acesso, estando disponíveis para as partes contratantes.

Analisando os itens, é **correto** afirmar que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) os três são falsos.
- (D) os três são verdadeiros.

QUESTÃO 03

Considerando a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, salvo as anotações e averbações obrigatórias, os atos de registro serão praticados

- ✓ por determinação judicial;
- ✓ a requerimento verbal ou escrito dos interessados;
- ✓ a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar
- ✓ pelo próprio oficial em seu favor.

Analisando os itens, é **correto** afirmar que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) três são falsos.
- (D) todos são verdadeiros.

QUESTÃO 04

Considerando a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, é **INCORRETO** afirmar que, no Registro de Imóveis, será feito o registro

- (A) das rendas constituídas sobre imóveis ou a eles vinculadas por disposição de última vontade.
- (B) dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência, no caso de alienação da coisa locada.
- (C) da mudança de denominação e de numeração dos prédios, da edificação, da reconstrução, da demolição, do desmembramento e do loteamento de imóveis.
- (D) dos julgados e atos jurídicos entre vivos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores.

QUESTÃO 05

Em uma escritura pública de divórcio, uma das partes será representada por procuração. Quais características do mandato devem ser observadas pelo notário?

- (A) Tem que ser pública e com poderes específicos para o ato.
- (B) Pode ser particular, mas o procurador deverá ser advogado.
- (C) Pode ser particular com firma reconhecida por autenticidade.
- (D) Tem que ser pública, podendo conter poderes gerais e com, no máximo, 60 dias da data da outorga.

QUESTÃO 06

NÃO se pode realizar por escritura pública

- (A) inventário e partilha.
- (B) restabelecimento de sociedade conjugal.
- (C) sobrepartilha, quando a partilha tiver sido judicial.
- (D) conversão de separação em divórcio, existindo filhos menores.

QUESTÃO 07

Após a abertura de processo judicial de inventário e partilha, os herdeiros optaram pela realização via escritura pública. O prazo que o tabelião tem para comunicar ao juiz do feito a lavratura da escritura é de

- (A) 30 dias.
- (B) 45 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 90 dias.

QUESTÃO 08

Foi lavrada uma escritura de emancipação, na qual não constou a profissão do emancipado. A atitude que o registrador deve tomar é de

- (A) fazer o procedimento de levantamento de dúvida.
- (B) devolver a escritura para ser retificada pelo tabelionato.
- (C) registrar a emancipação, pois a profissão do menor não é essencial.
- (D) perguntar aos pais qual a profissão do emancipado e fazer o registro.

QUESTÃO 09

Qual ato inicia a contagem do prazo de extinção do direito de impugnar a validade de um testamento?

- (A) O registro do testamento.
- (B) O falecimento do testador.
- (C) O registro do óbito no Registro Civil das Pessoas Naturais.
- (D) A entrada da petição inicial com a apresentação do testamento.

QUESTÃO 10

NÃO é correto o que se afirma em

- (A) O deficiente visual pode fazer testamento público.
- (B) O testamento cerrado só pode ser lido em língua nacional.
- (C) Os inteiramente surdos podem designar quem leia o seu testamento público.
- (D) Os maiores de 16 anos e menores de 18 anos podem ser testemunhas em testamentos.

QUESTÃO 11

Um testador estabeleceu cláusula de incomunicabilidade sobre os bens da legítima. Este testamento é

- (A) nulo.
- (B) ineficaz.
- (C) válido, se houver justa causa declarada no testamento.
- (D) nulo, somente se os herdeiros forem casados sob o regime de comunhão universal de bens.

QUESTÃO 12

Em cada sede municipal haverá, no mínimo,

- (A) um notário e um registrador civil.
- (B) um registrador das pessoas naturais.
- (C) um registrador das pessoas jurídicas.
- (D) um registrador das pessoas naturais e um das pessoas jurídicas.

QUESTÃO 13

Registram-se no registro civil das pessoas naturais, **EXCETO**

- (A) as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.
- (B) as sentenças declaratórias de ausência.
- (C) as opções de nacionalidade.
- (D) os divórcios consensuais.

QUESTÃO 14

Podem ser averbados no Registro de Imóveis, **EXCETO**

- (A) mudança de numeração dos prédios.
- (B) alteração do nome por casamento ou divórcio.
- (C) sentença de adjudicação em inventário ou arrolamento quando não houver partilha.
- (D) cancelamento da extinção dos ônus e direitos reais.

QUESTÃO 15

Conforme a resolução do CNJ em 2011, o reconhecimento das assinaturas dos pais em autorizações para viagem ao exterior de menores desacompanhados

- (A) não é mais necessário.
- (B) deverá ser por certificação digital.
- (C) deverá ser somente por autenticidade.
- (D) deverá ser por autenticidade ou semelhança.

QUESTÃO 16

Baseado na Lei 4.591/64, é **correto** afirmar que cada condômino poderá

- (A) alterar a forma interna da fachada.
- (B) embaraçar o uso das partes comuns.
- (C) decorar as partes e esquadrias externas com tonalidades ou cores diversas das empregadas no conjunto da edificação.
- (D) destinar à unidade utilização diversa da finalidade do prédio, ou usá-la de forma nociva ou perigosa ao sossego, à salubridade e à segurança dos demais condôminos.

QUESTÃO 17

Com base na Lei 4.591/64, o incorporador somente poderá negociar unidades autônomas após ter arquivado, no cartório competente de Registro de Imóveis, os seguintes documentos:

- ✓ Certidão negativa de imposto federal, estadual e municipal;
- ✓ Histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 30 anos, acompanhado de certidão dos respectivos registros;
- ✓ Projeto de construção devidamente aprovado pelas autoridades competentes;
- ✓ Certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições.

Analisando os itens, conclui-se que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) todos são falsos.
- (D) todos são verdadeiros.

QUESTÃO 18

O Art. 213 da Lei 6.015/73 diz que o Oficial retificará o registro ou a averbação a requerimento do interessado, no caso de inserção ou alteração de medida perimetral de que resulte ou não alteração de área, instruído com planta e memorial descritivo assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no CREA, bem assim pelos confrontantes. Se a planta não contiver a assinatura de algum confrontante, este será notificado pelo Registrador a requerimento do interessado a manifestar-se no prazo de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.

QUESTÃO 19

Com base na Lei 6.766/79, o registro do loteamento somente poderá ser cancelado:

- I. por decisão judicial;
- II. a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, enquanto nenhum lote houver sido objeto de contrato;
- III. a requerimento conjunto do loteador e de todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura e do Estado;
- IV. nas hipóteses II e III, quando o oficial registrador fará publicar, em resumo, edital do pedido de cancelamento, podendo ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da última publicação. Findo este prazo, com ou sem impugnação, o processo será remetido ao juiz competente para homologação do pedido de cancelamento, ouvindo o Ministério Público.

Analisando as afirmações, conclui-se que

- (A) apenas IV é falsa.
- (B) apenas II e IV são falsas.
- (C) todas são falsas.
- (D) todas são verdadeiras.

QUESTÃO 20

Baseado na Lei 9.514/97, o contrato de cessão fiduciária em garantia opera a transferência ao credor da titularidade dos créditos cedidos, até a liquidação da dívida garantida, e conterà, além de outros elementos:

- ✓ o total da dívida ou sua estimativa;
- ✓ o local, a data e a forma de pagamento;
- ✓ a taxa de juros;
- ✓ a identificação dos direitos creditórios objeto da cessão fiduciária.

Analisando os itens, é **correto** afirmar que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) todos são falsos.
- (D) todos são verdadeiros.

QUESTÃO 21

Baseado na Lei 5.709/71, é correto afirmar, **EXCETO**

- (A) Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.
- (B) Da escritura relativa à aquisição de área rural por pessoa física estrangeira constará, obrigatoriamente, menção do documento de identidade do adquirente.
- (C) Nos loteamentos rurais efetuados por empresas particulares de colonização, a aquisição e ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área total será feita obrigatoriamente por brasileiros.
- (D) A aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional por pessoa estrangeira, física ou jurídica, depende do assentimento prévio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

QUESTÃO 22

Baseado na Lei 6.015/73, os títulos não registráveis são, **EXCETO**

- (A) Escrituras públicas de cessões de direitos hereditários.
- (B) Locações com cláusula de vigência, no caso de alienação.
- (C) Procurações em causa própria, que não servem para a transferência da propriedade.
- (D) Promessas de permuta, de doação, de dação em pagamento e outras, bem como suas cessões.

QUESTÃO 23

De acordo com a Lei 6.015/73, registram-se no livro 03, **EXCETO**

- (A) os mandados de penhora.
- (B) as convenções antenupcial.
- (C) as convenções de condomínio.
- (D) as cédulas de crédito rural e de crédito industrial, sem prejuízo do registro da hipoteca.

QUESTÃO 24

Quem determinará a instalação, na Capital e no interior do Estado, dos órgãos jurisdicionais instituídos por lei?

- (A) O Tribunal de Justiça.
- (B) A Corregedoria de Justiça.
- (C) A Corte Superior do Tribunal de Justiça.
- (D) As Turmas Recursais.

QUESTÃO 25

São auxiliares do Corregedor-Geral de Justiça:

- ✓ os Juízes Auxiliares da Corregedoria;
- ✓ os Oficiais de Justiça;
- ✓ os Juízes de Direito;
- ✓ os Promotores Públicos.

Analisando os itens, conclui-se que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) todos são falsos.
- (D) todos são verdadeiros.

QUESTÃO 26

A Cédula de Crédito Imobiliário, instituída pela Lei 10.931/04, deverá conter:

- ✓ a denominação Cédula de Crédito Imobiliário, quando emitida cartularmente;
- ✓ a modalidade da garantia, se for o caso;
- ✓ a assinatura do credor, quando emitida cartularmente;
- ✓ a autenticação pelo Oficial do Registro de Imóveis competente, no caso de contar com garantia real.

Analisando os itens, conclui-se que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) todos são falsos.
- (D) todos são verdadeiros.

QUESTÃO 27

Com base na Lei 9.514/97, as operações de financiamento imobiliário poderão ser garantidas por:

- ✓ hipoteca;
- ✓ cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de alienação de imóveis;
- ✓ caução de direitos creditórios ou aquisitivos decorrentes de contratos de venda ou promessa de venda de imóveis;
- ✓ alienação fiduciária de coisas imóveis.

Analisando os itens, conclui-se que

- (A) apenas um é falso.
- (B) apenas dois são falsos.
- (C) todos são falsos.
- (D) todos são verdadeiros.

QUESTÃO 28

Em agosto de 2012, o Supremo Tribunal Federal deu início ao julgamento dos réus do “mensalão”. O Procurador-Geral da República que propôs a ação penal pública denunciando os réus foi

- (A) Roberto Gurgel.
- (B) Antônio Lamas.
- (C) Antônio Fernando de Souza.
- (D) Luís Inácio Adams.

QUESTÃO 29

Dentre os réus do “mensalão”, alguns trabalhavam no Banco Rural, quando foram denunciados. O réu **NÃO** ligado ao Banco Rural, à época da denúncia, era

- (A) Ayanne Tenório.
- (B) Enivaldo Quadrado.
- (C) Kátia Rebello.
- (D) Vinicius Samarame.

QUESTÃO 30

O Brasil faz parte de um grupo político de cooperação, composto de países com economias “emergentes”, denominado BRICS.

O país admitido posteriormente à fundação do grupo foi

- (A) a Índia.
- (B) o Brasil.
- (C) a África do Sul.
- (D) a Coreia do Sul.

PROVA DE DIREITO CIVIL – REMOÇÃO**QUESTÃO 31**

Considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho,

- (A) é assegurada bolsa de aprendizagem ao adolescente até dezesseis anos de idade.
- (B) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (C) é assegurado o caráter educativo da remuneração recebida pela participação na venda de produtos de seu trabalho.
- (D) é permitido o trabalho noturno ao adolescente empregado, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

QUESTÃO 32

Sobre a petição de herança, considerando o Código Civil Brasileiro,

- (A) sendo exercida por um só dos herdeiros, poderá compreender todos os bens hereditários.
- (B) são eficazes as alienações feitas, a título gratuito, pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé.
- (C) a partir da citação, a responsabilidade do possuidor se há de aferir pelas regras concernentes à posse de boa-fé e à mora.
- (D) o herdeiro aparente, que de boa-fé houver pago um legado, está obrigado a prestar o equivalente ao verdadeiro sucessor, ressalvado a este o direito de proceder contra quem o recebeu.

QUESTÃO 33

Segundo o Código Civil Brasileiro, dissolve-se a sociedade quando ocorrer

- (A) o consenso da maioria absoluta dos sócios.
- (B) a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.
- (C) a deliberação dos sócios, por maioria simples, na sociedade de prazo indeterminado.
- (D) a requerimento de qualquer dos sócios extrajudicialmente, quando anulada a sua constituição, mediante averbação no Registro Competente.

QUESTÃO 34

Considerando o Código Civil Brasileiro sobre a posse, é **correto** afirmar que

- (A) o possuidor de má-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- (B) obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
- (C) os frutos naturais e industriais reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados; os civis reputam-se percebidos dia por dia.
- (D) a posse de má-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

QUESTÃO 35

Considerando a Lei n. 10.931, de 02/08/2004, sobre a Cédula de Crédito Imobiliário, é **correto** afirmar que

- (A) a emissão e a negociação de CCI depende de autorização do devedor do crédito imobiliário que ela representa.
- (B) as CCI fracionárias poderão ser emitidas, simultaneamente ou não, mesmo após do vencimento que elas representam.
- (C) a CCI é título executivo judicial, exigível pelo valor apurado de acordo com as cláusulas e condições pactuadas no contrato que lhe deu origem.
- (D) a constrição judicial que recaia sobre crédito representado por CCI será efetuada nos registros da instituição custodiante ou mediante apreensão da respectiva cártula.

QUESTÃO 36

Considerando o Código Civil Brasileiro, são incapazes relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer,

- (A) os pródigos; os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os viciados em tóxicos; os ébrios habituais.
- (B) os ébrios habituais; os viciados em tóxicos; os maiores de dezesseis e menores que vinte e um anos; o índio.
- (C) os pródigos; o índio; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- (D) os excepcionais, com desenvolvimento mental completo; os pródigos; os ébrios habituais; os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

QUESTÃO 37

De acordo com o Código Civil Brasileiro, são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) as autarquias.
- (B) as fundações.
- (C) as organizações religiosas.
- (D) as pessoas regidas pelo direito internacional público.

QUESTÃO 38

Sobre a invalidade do negócio jurídico, nos termos do Código Civil Brasileiro, é **INCORRETO** afirmar que o negócio jurídico é nulo quando for

- (A) indeterminável o seu objeto.
- (B) celebrado com vício resultando de dolo.
- (C) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- (D) proibido por lei a pratica sem cominar sanção.

QUESTÃO 39

Sobre a solidariedade passiva, determinada no Código Civil Brasileiro,

- (A) importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
- (B) no caso de rateio entre os codevedores, os exonerados da solidariedade pelo credor não contribuirão pela parte que, na obrigação, incumbia ao insolvente.
- (C) proposta a ação contra um dos devedores, o demandado responderá pelos juros da mora, não respondendo o devedor culpado aos outros pela obrigação acrescida.
- (D) o devedor acionado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos, não lhe aproveitando as exceções pessoais a outro codevedor.

QUESTÃO 40

São requisitos que devem instruir o requerimento de habilitação para o casamento, **EXCETO**

- (A) autorização por escrito das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra.
- (B) declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos.
- (C) declaração de duas testemunhas maiores, não parentes, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento que os iniba de casar.
- (D) certidão de óbito do cônjuge falecido, de sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, transitada em julgado, ou do registro da sentença de divórcio.

QUESTÃO 41

A respeito do pagamento com sub-rogação, nos termos do Código Civil, é considerada de convencional quando

- (A) o credor com preferência ou quirografário paga a dívida do devedor comum.
- (B) terceira pessoa interessada paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (C) o adquirente do imóvel hipotecado paga a credor hipotecário, bem como terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel.
- (D) terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante sub-rogado nos direitos do credor satisfeito.

QUESTÃO 42

Pelo Código Civil, a pessoa que estiver em viagem, a bordo de navio nacional, pode testar perante o comandante. Sobre o testamento marítimo, é **correto** afirmar que

- (A) não necessita ser registrado no diário de bordo.
- (B) será feito na presença de duas testemunhas, por forma que corresponda ao testamento público ou cerrado.
- (C) ficará sob a guarda de uma das testemunhas, que o entregará às autoridades administrativas do primeiro porto nacional.
- (D) será válido se, ao tempo em que se fez, o navio estava em porto onde o testador pudesse desembarcar e testar de forma ordinária.

QUESTÃO 43

Considerando o Código de Defesa do Consumidor, sobre os Contratos de Adesão, é correto afirmar, **EXCETO**

- (A) A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
- (B) Admite-se cláusula resolutória, desde que alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2º do artigo 53 do CDC.
- (C) As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- (D) As cláusulas podem ser aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

QUESTÃO 44

Segundo o Código Civil, sobre a responsabilidade civil, é **correto** afirmar que

- (A) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- (B) o devedor, não podendo cumprir a prestação na espécie ajustada, a substituirá pelo seu valor, em moeda corrente.
- (C) o incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (D) a responsabilidade criminal é independente da civil, não podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo civil.

QUESTÃO 45

Sobre a compra e venda, segundo o Código Civil, é **correto** afirmar

- (A) É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens incluídos da comunhão.
- (B) É anulável a venda de ascendente a descendente, mesmo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (C) É nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (D) É ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – REMOÇÃO**QUESTÃO 46**

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a prioridade ao idoso ou portador de doença grave, a que alude o código, cessa com a morte do beneficiado.
- (B) é vedado ao juiz, no procedimento cautelar, acolher alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.
- (C) contra a sentença que decidir o processo cautelar, rejeitando o pedido de medida preventiva, cabe agravo de instrumento.
- (D) a lei processual civil impõe ao requerente o dever de responder pelos prejuízos que o requerido sofrer, em razão de medida cautelar, se o juiz julgar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.

QUESTÃO 47

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a alienação, a título particular e por ato entre vivos, do bem objeto da lide altera a legitimidade das partes.
- (B) o adquirente ou o cessionário terão sempre assegurado o direito de intervir no processo, para assistir o alienante ou o cedente.
- (C) o adquirente ou o cedente, independentemente do consentimento da parte contrária, poderão ingressar em juízo, substituindo o alienante ou o cedente.
- (D) na hipótese de morte ou incapacidade do advogado da parte ré, não constituído novo mandatário no prazo legal estipulado pelo juiz, o processo será extinto sem exame do mérito.

QUESTÃO 48

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a alteração superveniente da competência, ditada por norma constitucional, invalida a sentença anteriormente proferida.
- (B) o chamamento ao processo é cabível em qualquer espécie de procedimento, no processo de cognição e de execução.
- (C) o Ministério Público tem legitimidade para propor ação rescisória de sentença, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
- (D) por ser qualificada como obrigatória nos casos legalmente previstos no sistema do Código de Processo Civil, a denúncia da lide pode ser realizada de ofício.

QUESTÃO 49

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a nomeação à autoria deverá ser requerida pelo réu, obrigatoriamente, na peça de contestação.
- (B) aceita a nomeação à autoria, o processo passará a correr contra o terceiro nomeado e o primitivo demandado.
- (C) presume-se recusada a nomeação à autoria quando o autor, regularmente intimado, deixar de se manifestar expressamente a respeito.
- (D) a nomeação à autoria não é uma faculdade, mas sim um dever da parte demandada, de cuja inobservância deriva a responsabilidade por perdas e danos.

QUESTÃO 50

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) todos os prazos fixados para as partes são preclusivos.
- (B) a ausência de qualquer das condições da ação gera carência de ação, impondo a extinção do processo.
- (C) a efetiva observância das regras do procedimento não se insere na garantia constitucional do devido processo legal.
- (D) relativamente à classificação dos atos processuais, foi adotada a teoria objetiva, que permite sejam eles agrupados em atos de iniciativa, atos de desenvolvimento e atos de conclusão.

QUESTÃO 51

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) os prazos peremptórios podem ser reduzidos ou prorrogados pelas partes, desde que legítimo o motivo e todos estejam de acordo.
- (B) todos os prazos estão previstos no Código, por isso é vedado ao juiz determinar o prazo em que o ato do processo pode ser praticado.
- (C) atos processuais realizam-se, de ordinário, na sede do juízo, mas o magistrado, por ato de deferência, poderá praticá-los em outro lugar.
- (D) a jurisdição de cada juiz está limitada ao território de sua circunscrição, por isso a realização de citação em outro Estado da Federação não pode ser por ele determinada, senão mediante carta precatória.

QUESTÃO 52

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) extingue-se o processo, com resolução do mérito, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- (B) admite-se que, em convenção, as partes possam, de comum acordo, alterar o pedido ou a causa de pedir, mesmo depois da citação.
- (C) a extinção do processo, sem exame do mérito, decretada por reconhecimento de litispendência, coisa julgada ou perempção, não impede a renovação da ação.
- (D) se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo, por abandono, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando ainda impossibilitado de alegar em defesa o seu direito.

QUESTÃO 53

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a reconvenção é inadmissível em ação declaratória.
- (B) a extinção do processo, sem resolução do mérito, por desistência da ação, impede o prosseguimento da reconvenção.
- (C) a exceção de impedimento ou suspeição do juiz deverá ser dirigida e protocolada no Tribunal a que se acha subordinado o juiz impugnado.
- (D) na exceção de incompetência, o protocolo da petição poderá se dar no juízo do foro do domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

QUESTÃO 54

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) ocorrendo a revelia, o autor poderá demandar declaração incidente, sem promover nova citação do réu.
- (B) não pode o juiz, de ofício, determinar o comparecimento pessoal da parte para interrogá-la sobre os fatos da causa.
- (C) quando a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, poderá o juiz exigir-lhe a respectiva prova.
- (D) no procedimento ordinário, frustrada a audiência de conciliação, é obrigatória a designação de audiência de instrução e julgamento.

QUESTÃO 55

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) no procedimento ordinário, finda a instrução, no caso de oposição, o juiz dará a palavra, em primeiro lugar, ao advogado do oponente para sustentar suas razões, pelo prazo de vinte minutos.
- (B) é proibido ao juiz, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa estabelecida para atraso no cumprimento do provimento antecipatório de obrigação de fazer ou não fazer.
- (C) é vedado ao Tribunal, em grau de apelação, completar o julgamento do mérito efetuado pelo juiz de primeiro grau.
- (D) na sistemática atual, no procedimento ordinário, a falta de comparecimento dos advogados das partes à audiência de instrução e julgamento, injustificadamente, autoriza a extinção do processo, sem julgamento do mérito.

QUESTÃO 56

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) a retirada dos autos do cartório pelo advogado da parte recorrente não importa em ciência da sentença e nem equivale a intimação, para contagem de prazo recursal.
- (B) a lei confere legitimidade para recorrer à parte vencida no processo e ao Ministério Público, quando atua no feito, sendo vedado ao terceiro interferir no processo através de recurso.
- (C) o prazo para o revel que não tenha advogado recorrer somente tem início com a sua intimação pessoal ou com a publicação da sentença na imprensa oficial.
- (D) nas ações voltadas ao ressarcimento de danos causados em acidente de veículos, processadas sob o procedimento comum sumário, é defesa a sentença ilíquida, cumprindo ao juiz, se for o caso, fixar, de plano, a seu prudente critério, o valor devido.

QUESTÃO 57

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) somente as pessoas físicas e jurídicas têm capacidade de ser parte no processo civil.
- (B) a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes e promotores, em todo o território nacional.
- (C) o Município é representado, em juízo, ativa e passivamente, por seu Prefeito e pelo Presidente da Câmara Municipal.
- (D) para as causas que versem sobre direitos reais imobiliários, os cônjuges são litisconsortes necessários, se réus; mas não o serão, se autores.

QUESTÃO 58

Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) o juiz não receberá o recurso de apelação, quando a sentença estiver em conformidade com a Súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- (B) o prazo estipulado para o juiz reexaminar os pressupostos de admissibilidade da apelação, após a resposta do recorrido, é de 15 dias.
- (C) é vedado ao relator negar seguimento liminar ao agravo de instrumento ou convertê-lo em agravo retido.
- (D) é inadmissível recurso adesivo em sede de recurso extraordinário.

PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL – REMOÇÃO**QUESTÃO 59**

Para que o partícipe venha a ser punido por uma infração penal, é preciso que, além da presença dos requisitos do concurso de pessoas, o autor tenha iniciado a execução do delito, nos termos do artigo 31 do Código Penal. Em que momento poderá ter ocorrido a contribuição do partícipe para que este seja punido pela mesma infração do autor?

- (A) Após a consumação delitiva.
- (B) Desde a ideação até a consumação.
- (C) Em qualquer momento, até o exaurimento do delito.
- (D) Nos crimes permanentes, em qualquer momento da execução, ainda que irrelevante tenha sido a conduta.

QUESTÃO 60

Funcionário público que pratica ato de ofício contra disposição expressa de lei, assim o fazendo para a satisfação de interesse pessoal, comete, caso presentes todos os elementos do conceito analítico de crime,

- (A) prevaricação.
- (B) corrupção passiva.
- (C) abuso de autoridade.
- (D) condescendência criminosa.

QUESTÃO 61

Dispõe o artigo 301, § 1º do Código Penal: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem. Pena – detenção de 3 (três) meses a 2 (dois) anos”.

São características do delito tipificado no referido artigo de lei, **EXCETO** tratar-se de crime

- (A) unissubsistente.
- (B) monossujeivo.
- (C) contra a fé pública.
- (D) de menor potencial ofensivo.

QUESTÃO 62

“A”, 40 anos de idade e não reincidente na prática delitiva, foi condenado a uma pena final de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, porque, no exercício de sua função, reconheceu como verdadeira, em dois documentos públicos que lhe foram apresentados, firmas que sabia não serem autênticas. “A” foi denunciado pela prática de dois crimes previstos no artigo 300 do Código Penal, em continuidade delitiva, e, ao final, foi condenado, por cada qual dos crimes, a dois anos de reclusão. O magistrado, para a fixação da reprimenda final e por também entender ter havido continuidade delitiva, valeu-se de uma das penas, posto que idênticas, e a aumentou em 1/6, totalizando 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses, por força do disposto no artigo 71, *caput*, do Código Penal. Transitada em julgado a decisão, a prescrição da pretensão executória estatal ocorrerá, caso não haja suspensão ou interrupção, em

- (A) três anos.
- (B) quatro anos.
- (C) oito anos.
- (D) doze anos.

QUESTÃO 63

É consequência jurídico-penal do erro de proibição inescusável

- (A) isenção de pena.
- (B) redução de pena.
- (C) absolvição por atipicidade.
- (D) absolvição por ausência de culpabilidade.

QUESTÃO 64

Segundo disposição expressa contida na Lei 11.101/2005, que “regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”, a sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial, é

- (A) condição de procedibilidade para o exercício da ação por crimes nela previstos.
- (B) pressuposto processual de validade do processo que envolva crimes nela previstos.
- (C) condição da ação penal para os crimes nela previstos.
- (D) condição objetiva de punibilidade das infrações penais nela previstas.

QUESTÃO 65

Em relação às disposições gerais dos recursos no processo penal, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) em caso de ação penal privada comum, o querelante não poderá desistir do recurso interposto.
- (B) não se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
- (C) o recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor.
- (D) não serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.

QUESTÃO 66

Na forma da Lei 11.417/2006 (Súmula Vinculante), são legitimados a propor a edição de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal em matéria processual penal, **EXCETO**

- (A) os Tribunais de Justiça dos Estados.
- (B) o Defensor Público-Geral da União.
- (C) o Advogado-Geral da União.
- (D) o Procurador-Geral da República.

QUESTÃO 67

Encontram-se classificadas pelo Código de Processo Penal como exceções, **EXCETO**

- (A) litispendência.
- (B) coisa julgada.
- (C) ilegitimidade de parte.
- (D) insanidade mental do acusado.

QUESTÃO 68

Quanto à lei processual penal no tempo, o princípio adotado pelo Código de Processo Penal é

- (A) ultratividade.
- (B) retroatividade.
- (C) aplicação imediata.
- (D) retroatividade e ultratividade benéficas.

PROVA DE DIREITO TRIBUTÁRIO – REMOÇÃO**QUESTÃO 69**

Ao disciplinar sobre o custeio do serviço de iluminação pública, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que pode

- (A) ser exigido por decreto legislativo.
- (B) sofrer reajustes através de decretos.
- (C) ser cobrado no mesmo exercício financeiro e exigido por taxa.
- (D) ser instituído por contribuição e compete aos municípios e ao Distrito Federal.

QUESTÃO 70

Segundo o CTN, Código Tributário Nacional, para fins de cobrança de IPTU, Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, são melhoramentos com que a zona urbana deve contar, **EXCETO**

- (A) abastecimento de água.
- (B) sistema de esgotos sanitários.
- (C) iluminação pública com posteamento.
- (D) meio fio ou calçamento, com canalização de águas.

QUESTÃO 71

Em sede de responsabilidade tributária, são pessoalmente responsáveis, **EXCETO**

- (A) os tabeliães, escrivães e demais serventuários do ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício.
- (B) o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.
- (C) o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- (D) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.

QUESTÃO 72

O crédito tributário pode ter sua exigibilidade suspensa por meio de

- (A) embargos.
- (B) impugnação do sujeito passivo.
- (C) ação anulatória de exigência fiscal.
- (D) reclamações e recursos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

QUESTÃO 73

Em caso de lançamento por homologação, se o contribuinte apura o *quantum* devido, faz a declaração perante o fisco, mas não efetua o pagamento, o direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados

- (A) da notificação judicial.
- (B) da ocorrência do fato gerador.
- (C) do trânsito em julgado da decisão administrativa.
- (D) do 1º dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

QUESTÃO 74

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é **correto** afirmar que

- (A) é cabível o Mandado de Segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- (B) a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- (C) os descontos incondicionais nas operações mercantis se incluem na base de cálculo do ICMS.
- (D) é legal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria submetido ao regime de pauta fiscal.

QUESTÃO 75

Conforme expressa previsão da Lei 15.424, de 30/12/2004, são isentos de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, **EXCETO**

- (A) caso de interesse da União, nos termos do Decreto-lei Federal nº 1.537, de 13 de abril de 1977.
- (B) penhora ou arresto, nos termos do inciso IV do artigo 7º da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.
- (C) cumprimento de mandado expedido em favor de beneficiário da justiça gratuita, apurado pela Lei Federal nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, nos processos relativos a ações de separação judicial e divórcios.
- (D) caso de autenticidade de documento e de registro de atos constitutivos, inclusive alterações, de entidade de assistência social assim reconhecida pelo Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social, nos termos da Lei 12.262, de 23 de julho de 1996, observado o disposto no § 3º do art. 20.

QUESTÃO 76

Relativamente à pensão por morte decorrente de morte presumida, inserta na Lei Complementar n. 64, de 25 de março de 2002, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus a pensão provisória, a partir do requerimento, independentemente da declaração judicial.
- (B) o beneficiário da pensão por morte presumida obriga-se a firmar, anualmente, declaração relativa à permanência do caráter presumido da morte do servidor, até que a autoridade judiciária declare definitiva a sucessão.
- (C) declarada judicialmente a morte presumida do segurado, será concedida a pensão provisória a seus dependentes, a partir da data da declaração.
- (D) os dependentes farão jus à pensão a partir da data de falecimento do segurado.

QUESTÃO 77

É facultado ao Poder Executivo, conforme a Constituição, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos seguintes impostos

- (A) Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre Operações Financeiras.
- (B) Imposto Municipal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre Operações Financeiras.
- (C) Imposto sobre Operações Financeiras e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
- (D) Imposto de Importação, Imposto de Exportação e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

QUESTÃO 78

A norma constitucional, segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, **não** se aplica **EXCETO** a

- (A) Imposto de Importação.
- (B) Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (C) Imposto de Renda.
- (D) Empréstimo Compulsório.

PROVA DE DIREITO COMERCIAL – REMOÇÃO**QUESTÃO 79**

Sobre a **sociedade simples**, e de acordo com o disposto no Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Constituir-se-á mediante contrato escrito, público ou particular.
- (B) O contrato deverá ser levado a registro perante a Junta Comercial do Estado.
- (C) Existindo sócio remisso, poderá a maioria dos demais sócios preferir a redução das quotas ao montante já realizado pelo primeiro à sua exclusão.
- (D) Havendo cessão de quotas – total ou parcial – até o decurso do prazo de 2 (dois) anos de averbada a modificação do contrato, responderá o cedente com o cessionário perante a sociedade e terceiros pelas obrigações que tinha como sócio.

QUESTÃO 80

Levando em consideração as disposições do Código Civil relativas às **sociedade simples**, é **correto** o que se afirma em

- (A) Podem os sócios estipular, mediante contrato, outras causas para a dissolução da sociedade que não as previstas em lei.
- (B) Nos casos de sociedade simples, por tempo indeterminado, qualquer sócio pode se retirar, desde que notifique os demais com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- (C) Permite-se, desde que com o consentimento unânime dos sócios, que o sócio cuja contribuição consista em prestação de serviços fique excluído de participar das perdas.
- (D) A retirada ou morte do sócio não exime o primeiro ou os herdeiros do segundo de responsabilidade pelas obrigações sociais contraídas, até 5 (cinco) anos após averbada a resolução da sociedade.

QUESTÃO 81

Sobre **sociedade limitada** e em observância ao disposto no Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.
- (B) É lícita a existência de conselho fiscal composto no mínimo por 3 (três) membros e respectivos suplentes, sócios ou não, observadas as limitações legais.
- (C) A responsabilidade pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social recai somente sobre sócio que a efetivou e pelo prazo de 5 (cinco) anos da data do registro da sociedade.
- (D) A renúncia do seu administrador torna-se eficaz em relação à sociedade desde o momento em que esta toma conhecimento da comunicação escrita do renunciante; e, em relação a terceiros, após a averbação e a publicação.

QUESTÃO 82

Sobre **estabelecimento** e observado o que determina o Código Civil, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou o arrendamento do estabelecimento somente produzirá efeito perante terceiros após o seu registro junto ao cartório de títulos e documentos.
- (B) Em caso de alienação do estabelecimento, para a sua eficácia, é necessária a existência de patrimônio do alienante suficiente para solver seu passivo ou consentimento de todos os seus credores, que deverão ser notificados a respeito dessa transação.
- (C) Sendo omissa o contrato de alienação do estabelecimento, não poderá o alienante fazer concorrência ao adquirente nos 5 (cinco) anos subsequentes à transferência. Já nas hipóteses de arrendamento ou usufruto, fica proibida a concorrência por prazo igual ao do contrato.
- (D) Mesmo ocorrendo a alienação, o vendedor permanece obrigado solidariamente pelo pagamento dos débitos, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação do contrato respectivo na imprensa oficial, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

QUESTÃO 83

Levando em consideração o que dispõe a Lei 11.101/2005 (Lei de Falência), **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Pessoas jurídicas especializadas e físicas podem ser nomeadas administradores judiciais.
- (B) Esta lei não se aplica à sociedade operadora de plano de assistência à saúde e à sociedade seguradora.
- (C) As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.
- (D) Todas as ações judiciais anteriormente propostas contra uma empresa, que versem sobre quantia líquida ou ilíquida, serão processadas e julgadas pelo juízo que houver decretado a falência ou deferido o pedido de recuperação judicial.

QUESTÃO 84

Sobre a Lei 11.101/2005, é **correto** o que se afirma em

- (A) Permite-se ao devedor requerer, apenas por uma vez, durante o exercício das atividades da empresa, a recuperação judicial.
- (B) Na recuperação judicial, os salários de empregados não poderão ser reduzidos, ainda que fixados em convenção ou acordo coletivo, regularmente processados.
- (C) Constitui documento que deverá instruir a petição inicial da recuperação judicial a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor.
- (D) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor, em juízo, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

QUESTÃO 85

Sobre a Lei 11.101/2005, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- (B) A rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia geral de credores dá causa à decretação da falência.
- (C) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, inclusive as causas trabalhistas e fiscais.
- (D) O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia geral de credores.

QUESTÃO 86

Levando-se em conta o determinado pela Lei 11.101/2005, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Os processos de falência e os seus incidentes preferem a todos os outros na ordem dos feitos, em qualquer instância.
- (B) A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios, ilimitada e solidariamente responsáveis, com o abatimento proporcional dos juros.
- (C) A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida, ainda que o sócio tenha se retirado voluntariamente ou que tenha sido excluído da sociedade, há menos de 2 (dois) anos, quanto às dívidas existentes na data do arquivamento da alteração do contrato, no caso de não terem sido solvidas até a data da decretação da falência.
- (D) Será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma não ultrapasse o equivalente a 20 (vinte) salários-mínimos na data do pedido de falência.

QUESTÃO 87

De acordo com o disposto pela Lei 11.101/2005, é **correto** o que se afirma em

- (A) Para a realização do ativo, faz-se necessário concluir o quadro geral de credores.
- (B) Sendo permitida a locação de bens da massa falida, esta situação jurídica gera direito de preferência na compra ao locatário.
- (C) A falência do locador resolve o contrato de locação e, na falência do locatário, o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato.
- (D) O executado, por qualquer quantia líquida que não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal, sujeitar-se-á a falência.

QUESTÃO 88

Sobre **sociedades anônimas** e nos termos da Lei 6.404/76, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) O resgate consiste no pagamento do valor das ações; para retirá-las definitivamente de circulação, com redução ou não do capital social, mantido o mesmo capital, será atribuído, quando for o caso, novo valor nominal às ações remanescentes.
- (B) A amortização consiste na distribuição aos acionistas, a título de antecipação e sem redução do capital social, de quantias que lhes poderiam tocar em caso de liquidação da companhia, podendo ocorrer apenas de modo parcial.
- (C) Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.
- (D) O reembolso é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembleia geral o valor de suas ações.

QUESTÃO 89

Sobre o que dispõe a Lei 9.492/97, é **correto** o que se afirma em

- (A) Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante.
- (B) Após o protocolo do título para protesto, o devedor será intimado ou pelo próprio tabelião ou por oficial por ele designado, sob pena de nulidade do ato quando realizado de modo diverso.
- (C) Ao Tabelião, compete analisar os caracteres formais dos títulos a ele apresentados, especialmente a prescrição.
- (D) Somente se permite, no Brasil, o protesto de títulos emitidos no seu vernáculo.

QUESTÃO 90

Considerando o que determina a Lei 6.015/73, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Os contratos de compra e venda em prestações, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária, para que surtam efeitos perante terceiro, deverão ser registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- (B) O registro civil de pessoas naturais apresentado no horário regulamentar e que não for registrado até a hora do encerramento do serviço aguardará o dia seguinte, no qual será registrado, preferencialmente aos apresentados nesse dia.
- (C) Os registros relativos a imóveis situados em comarcas ou circunscrições limítrofes serão feitos em todas elas, devendo os Registros de Imóveis fazer constar dos registros tal ocorrência.
- (D) Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – REMOÇÃO**QUESTÃO 91**

Segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, a atividade administrativa dos Poderes do Estado e a de entidade descentralizada se sujeitarão aos princípios da

- (A) legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, anualidade e publicidade.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e anterioridade.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, anualidade, publicidade e transparência.

QUESTÃO 92

O ato administrativo, espécie do ato jurídico, possui os seguintes elementos

- (A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (B) Competência, qualidade, forma, motivo e objeto.
- (C) Competência, finalidade, resultado, motivo e objeto.
- (D) Competência, qualidade, resultado, motivo e objeto.

QUESTÃO 93

A autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências legislativas, administrativas e tributárias. Assim, compete aos municípios

- (A) manter o serviço postal.
- (B) assegurar a defesa nacional.
- (C) instituir e arrecadar tributos, inclusive federais.
- (D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

QUESTÃO 94

São direitos sociais aplicáveis inclusive aos funcionários públicos, **EXCETO**

- (A) décimo terceiro salário.
- (B) licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
- (C) gozo de 30 dias úteis de férias anuais remuneradas.
- (D) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

QUESTÃO 95

São direitos políticos do cidadão em geral, **EXCETO**

- (A) alistabilidade.
- (B) direito de sufrágio.
- (C) imunidade parlamentar.
- (D) organização e participação de partidos políticos.

QUESTÃO 96

Segundo a Constituição Federal, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo, **EXCETO** ao

- (A) ao meio ambiente.
- (B) ao patrimônio privado.
- (C) ao patrimônio público.
- (D) à moralidade administrativa.

QUESTÃO 97

Considerando a Lei Estadual n. 14.184/2002, que trata do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) o interessado deverá requerer a prioridade de tramitação do processo.
- (B) para garantia de igualdade, os autos não identificarão o regime de tramitação prioritária.
- (C) terão prioridade os processos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.
- (D) o regime de tramitação prioritária não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite e de companheira em união estável.

QUESTÃO 98

Segundo a Lei Estadual n. 14.184/2002, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que

- I. tenha interesse direto ou indireto na matéria;
- II. tenha participado ou venha a participar no procedimento como perito, testemunha ou representante, ou cujo cônjuge, companheiro, parente ou afim até o segundo grau esteja em uma dessas situações;
- III. esteja em litígio judicial ou administrativo com o interessado, seu cônjuge ou companheiro;
- IV. esteja proibido por lei de fazê-lo.

É **correto** o que se afirma em

- (A) Todos os incisos estão corretos.
- (B) Apenas os incisos I e II estão corretos.
- (C) Apenas o inciso IV está incorreto.
- (D) Apenas o inciso II está incorreto.

QUESTÃO 99

Segundo a Lei Estadual n. 14.184/2002, o dever da administração de anular ato de que decorram efeitos favoráveis para o destinatário decai em cinco anos. Sobre isso, **NÃO** é correto o que se afirma em

- (A) Salvo presumida má-fé.
- (B) O prazo é contado da data em que foi praticado.
- (C) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo será contado da percepção do primeiro pagamento.
- (D) Considera-se exercido o dever de anular o ato sempre que a administração adotar medida que importe discórdância dele.

QUESTÃO 100

Para habilitação nas licitações, serão exigidos os seguintes documentos, dentre outros, **EXCETO**

- (A) qualificação técnica.
- (B) qualificação legal e societária.
- (C) regularidade fiscal e trabalhista.
- (D) qualificação econômico-financeira.

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO!

01		21		41		61		81	
02		22		42		62		82	
03		23		43		63		83	
04		24		44		64		84	
05		25		45		65		85	
06		26		46		66		86	
07		27		47		67		87	
08		28		48		68		88	
09		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	





Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br